



**PAISAGEM HÍDRICA E CIDADE:
DESAFIOS E POSSIBILIDADES DE REINTEGRAÇÃO DOS RIOS AO TECIDO
URBANO**

Everton Gomes de Oliveira

Orientador

Lidiane Espíndula

***Curso: Arquitetura e Urbanismo Período: 9º Área de Pesquisa: Ciências
sociais aplicadas***

Resumo: A presente pesquisa investiga a complexa relação entre cidades e rios, buscando compreender como essa dinâmica se transformou ao longo do tempo e quais caminhos podem ser trilhados para promover a reconciliação entre o ambiente urbano e os cursos d'água. Por meio de estudos de caso comparativo, foram analisadas as experiências do Rio Cheonggyecheon em Seul, do Canal Paco em Manila e do Rio Paranaíba em Itumbiara, buscando identificar os fatores que contribuíram para o afastamento dos rios do tecido urbano, bem como as estratégias que podem ser implementadas para reverter esse quadro. A pesquisa revelou que a degradação dos rios está intrinsecamente ligada ao modelo de desenvolvimento urbano adotado nas cidades modernas, que priorizou o crescimento econômico em detrimento da preservação ambiental e do bem-estar da população. No entanto, os casos analisados demonstraram que é possível promover a reintegração dos rios ao ambiente urbano, a partir de intervenções que visem a despoluição dos cursos d'água, a criação de espaços de lazer nas margens e a valorização do patrimônio ambiental e cultural. Conclui-se que a reconciliação entre rios e cidades exige uma mudança de paradigma na forma como as cidades são planejadas e construídas, valorizando os rios como elementos essenciais da paisagem e promotores da qualidade de vida urbana.

Palavras-chave: rios urbanos, requalificação ambiental, conexão rio-cidade, revitalização fluvial, gestão de águas urbanas.

1. INTRODUÇÃO

A relação entre cidades e rios é tão antiga quanto a própria civilização. Ao longo da história, os cursos d'água desempenharam papéis cruciais no desenvolvimento urbano, desde o abastecimento de água e a geração de energia até o transporte e o lazer. No entanto, o crescimento desordenado das cidades modernas, impulsionado pela industrialização e pela busca incessante por progresso econômico, resultou em um progressivo distanciamento entre o ambiente construído e o ambiente natural, relegando os rios a um papel secundário e, muitas vezes, negligenciando o seu valor ambiental, social e cultural.

Diante desse cenário, questiona-se: como conciliar o desenvolvimento urbano com a preservação dos recursos hídricos? Será que a degradação dos rios é um preço inevitável a ser pago em nome do progresso? Ou será que existem alternativas que permitam às cidades crescerem de forma sustentável, integrando os rios ao tecido urbano e valorizando o seu potencial como elementos estruturantes da paisagem e promotores da qualidade de vida?

Essa complexa relação tem sido amplamente discutida na literatura, com autores como Tucci, Gorski e Costa oferecendo importantes contribuições. Tucci (2001, 2008) que destaca como a urbanização desordenada e a impermeabilização do solo intensificam os problemas de inundações e a degradação da qualidade da água, alertando para a necessidade de integrar o planejamento urbano com os planos de bacia hidrográfica. Já Gorski (2010) aprofunda a discussão ao analisar a "ruptura" entre rios e cidades, enfatizando como a busca por soluções técnicas e a negligência da função socioambiental dos cursos d'água contribuíram para o seu progressivo afastamento do cotidiano da população. Costa (2006), por sua vez, ressalta a importância de se reconectar a população com os rios, promovendo a reintegração dos cursos d'água ao tecido urbano e resgatando a memória da relação entre a cidade e seus rios.

Dessa forma, o presente artigo tem como objetivo estudar e analisar a relação entre as cidades e seus corpos hídricos, buscando compreender como essa relação se perdeu ao longo do tempo e quais caminhos podem ser trilhados para recuperá-la e identificando, os elementos que permitam promover a valorização dos rios como parte fundamental da paisagem urbana, bem como propor estratégias para a gestão sustentável e integrada dos recursos hídricos, visando um futuro mais harmonioso entre as cidades e seus cursos d'água.

2. RIOS NA PAISAGEM URBANA

A história da relação entre rios e cidades no Brasil é marcada por uma transformação, desde uma íntima conexão nos nascimentos das primeiras vilas até um progressivo distanciamento na cidade contemporânea, uma vez que rios eram elementos estruturantes e vitais para a formação das cidades, exercendo um papel central na vida cotidiana e na economia local e hoje sendo marginalizados e ocultos da paisagem.

No início do século XIX cursos d'água eram eixos estruturantes da vida urbana. Gorski (2010) ressalta que os rios desempenhavam papéis importantes no transporte, abastecimento e até na defesa das cidades. A ocupação do território nacional foi, em grande medida, definida pela navegabilidade dos rios, que impulsionaram a exploração e o comércio. Costa (2006) complementa essa visão, enfatizando como os rios moldavam a morfologia urbana, com cidades organizadas em torno de portos

fluviais e edifícios importantes construídos em suas proximidades, demonstrando sua relevância para a vida urbana. Assim, os rios não eram apenas elementos geográficos, mas sim marcadores da identidade e do desenvolvimento das cidades.

Gorski (2010) afirma que as populações ribeirinhas têm uma história com o rio desde o surgimento dos primeiros assentamentos, pois a água não tinha apenas o papel de abastecer as casas, mas de mover máquinas, alimentar famílias, era fonte de lazer e dela se tiravam matérias primas, como argila, pedras e areia, essenciais para a prosperidade da comunidade local.

A autora pauta como no século XIX já havia preocupação em proteger os recursos hídricos ao mencionar as normas de proteção de mananciais no Rio de Janeiro que foram atualizadas de forma inovadora por Dom João VI na intenção de preservar a qualidade e o volume de água da época. Ela explica como a ciência já estudava a influência das matas ciliares no equilíbrio de condições climáticas e no controle do regime de chuva, o que resultou em uma campanha de criação de um código nacional em defesa das florestas ainda no século XIX, que tinha como objetivo conservar florestas necessárias para a proteção de cursos d'água, solos e microclimas.

Gorski (2010) destaca como o intenso processo de urbanização iniciado a partir da década de 1950, impulsionado pela industrialização e pela migração populacional, gerou novos desafios e prioridades. A autora fala de como o desenvolvimento econômico e a modernização da cidade passaram a ser encarados como objetivos primordiais, muitas vezes em detrimento da preservação ambiental e da proteção dos rios.

A autora também menciona como essa transformação intensificou a forma como a sociedade enxergava a natureza, que acabou por perder o pouco espaço que tinha na vida urbana, aumentando a sua exploração e marginalização. A busca por soluções rápidas e eficientes para os problemas urbanos, como o escoamento de águas pluviais e o saneamento básico, levou à adoção de medidas que, a longo prazo, se mostraram prejudiciais aos rios.

Tucci (2001, 2008) reforça essa visão, ao analisar criticamente como a urbanização desordenada e a impermeabilização do solo intensificaram os problemas de inundações e degradação da qualidade da água. O autor ressaltava como a canalização de rios, a construção de marginais, mostrados na Figura 01, e a impermeabilização do solo tornaram-se práticas comuns, visando facilitar o tráfego e o adensamento urbano. Assim os rios foram gradativamente abandonados em áreas periféricas das cidades como nota-se na Figura 02, marginalizados e até mesmo ocultados sob vias expressas e construções.

Figura 01 - Canalização do córrego Acaba Mundo, em Belo Horizonte, 1963



Fonte – Mesquita (2013)

Figura 02 - Esgoto a céu aberto na Vila Santo André, em Belo Horizonte, 1963



Fonte – Mesquita (2013)

Bartalini (2014) complementa essa análise ao mencionar a 'negação da paisagem' em São Paulo, onde a aversão aos rios, motivada pelo urbanismo higienista, culminou na sua transformação em meras 'infraestruturas' para drenagem, despojando-os de seu valor ambiental, social e cultural. Essa ocultação, para além de esconder os rios da vista, perpetua os problemas de enchentes, degradação da água e a perda da conexão da população com esses importantes elementos da paisagem urbana.

Rezende e Araujo (2016) aprofundam essa análise ao abordar as ocupações irregulares às margens dos rios, fator causado pela falta de planejamento e o adensamento populacional, os autores mencionam como essas ocupações acarretam sérios impactos ambientais e acabam por esconder o rio, muitas vezes impedindo o acesso da população ao mesmo, contribuindo para o processo de 'ruptura' mencionado por Gorski (2008).

Tucci (2001) questiona que ao invés de serem incorporados como elementos estruturadores do território, tiveram sua presença ocultada do cotidiano da cidade, tanto do ponto de vista funcional quanto simbólico, comprometendo a qualidade ambiental e a identidade paisagística dos centros urbanos.

Gorski (2010) aprofunda a discussão ao dizer que o momento em que as transformações urbanas pautadas por uma lógica higienista e de denominação técnica da natureza, passam a negligenciar a função socioambiental dos cursos d'água. Esse afastamento ocorre não apenas fisicamente, mas também culturalmente, se apagando da memória urbana o significado desses elementos enquanto agentes estruturadores da paisagem urbana.

A autora menciona como houve transformações na percepção de paisagem ao longo do tempo ao mencionar como os rios eram elementos principais no conceito de paisagem urbana, por moldarem o solo e serem abundantes em recursos. Costa (2006) complementa essa ideia ao dizer que as paisagens fluviais se tornaram paisagens urbanas por proporcionar recursos e lazer para as pessoas. Entretanto

essa ideia de paisagem foi se perdendo à medida que os processos de crescimento urbano modificavam sua morfologia.

Tucci (2008) complementa dizendo que essas intervenções contribuíram para o aumento da vazão de cheia, a frequência de inundações e a deterioração da qualidade da água. Além disso, o autor aponta como a ocupação do leito de inundação ribeirinha expõe a população a riscos constantes, especialmente durante os períodos chuvosos.

O autor também destaca o papel do planejamento urbano inadequado na intensificação dos problemas relacionados aos recursos hídricos e demonstra como a falta de integração entre os planos diretores urbanos e os planos de bacia hidrográfica contribui para a ocupação de áreas de risco, o aumento da impermeabilização do solo e a degradação da qualidade da água e enfatiza como esses problemas contribuem para proliferação de doenças e degradação do ecossistema aquático.

Gorski (2010) amplia essa análise para a esfera social ao mencionar que essas ações também resultam em um afastamento e geram uma 'ruptura' entre a relação da cidade com o rio. A autora associa essa 'ruptura' à fragmentação da paisagem urbana e à consequente degradação ambiental, implicando em enchentes mais recorrentes, perda da biodiversidade e marginalização das comunidades ribeirinhas.

Costa (2006) enriquece essa análise ao enfatizar que a perda da integração entre rios e cidades compromete não só os aspectos ecológicos, mas também a percepção e o imaginário social sobre a paisagem urbana. Para a autora, a cidade moderna promove um distanciamento sensível e experiencial em relação aos cursos d'água, substituindo uma convivência fluida por uma visão funcionalista e instrumentalizada. A autora aponta que, ao se romper essa relação afetiva e perceptiva, enfraquece-se a capacidade coletiva de reconhecer os rios como parte do patrimônio ambiental e cultural urbano, dificultando a mobilização por sua recuperação.

Não basta despoluir o rio! Mesmo que ele volte a correr límpido, piscoso, potável, de nada modificará a percepção que a população tem do seu "esgoto a céu aberto". O rio precisa voltar a se incorporar ... a única alternativa é reconstituí-lo como espaço de lazer." (Neiman, 2005 apud Gorski 2010, pág 36)

A intensificação da 'ruptura' entre rios e cidades, conforme apontado por Gorski (2010), reflete-se na crescente invisibilidade dos cursos d'água na paisagem urbana e na sua progressiva exclusão do cotidiano da população. Se outrora os rios eram espaços de lazer, convívio social e atividades econômicas, a urbanização moderna relegou-os a funções meramente técnicas, como o escoamento de águas pluviais e o transporte de esgoto, afastando-os do olhar e da experiência dos cidadãos. Costa (2006) ressalta que essa transformação promove um distanciamento sensível e experiencial em relação aos rios, substituindo uma convivência fluida por uma visão funcionalista e instrumentalizada, o que contribui para a perda da memória coletiva e da capacidade de reconhecer os rios como parte do patrimônio ambiental e cultural urbano.

Diante desse cenário, Gorski (2010) defende a necessidade de uma "reconciliação" entre rios e cidades. Essa reconciliação passa pela valorização dos rios como elementos fundamentais da paisagem urbana, reconhecendo seu papel na identidade local e no bem-estar social. Para tanto, é crucial considerar as necessidades da população na gestão dos recursos hídricos e promover a participação da comunidade nas decisões que afetam os rios e seu entorno (Gorski, 2006). Tucci (2008) complementa, ressaltando a importância de integrar o

planejamento urbano com os planos de bacia hidrográfica, buscando soluções que promovam o desenvolvimento sustentável e protejam os recursos naturais como a criação de áreas de retenção de água, a restauração de matas ciliares e a promoção da infiltração da água no solo. Para Tucci, a gestão desses recursos deve ser encarada como um processo complexo e que abrange a participação de diferentes agentes urbanos além de considerar os diferentes usos desses bens.

Nesse contexto, a 'reconciliação' entre rios e cidades, defendida por Gorski (2006), passa necessariamente pela recuperação do valor paisagístico e do uso social dos cursos d'água. Para além das intervenções técnicas de despoluição e controle de enchentes, é preciso promover a reintegração dos rios ao tecido urbano, criando espaços públicos de qualidade em suas margens, incentivando atividades de lazer e cultura, e resgatando a memória da relação entre a cidade e seus rios e reintegrando o rio ao conceito de paisagem urbana. Essa reconexão com a paisagem e com a história, como sugere Neiman (2005 apud Gorski, 2010), é fundamental para transformar a percepção da população em relação aos rios, superando a imagem de 'esgoto a céu aberto' e reconhecendo seu potencial como elementos estruturadores da identidade e do bem-estar urbano.

As perspectivas dos autores permitem compreender a complexidade nos problemas da gestão de águas urbanas sob uma visão mais abrangente demonstrando como os aspectos técnicos integrados a valores, crenças e práticas sociais moldam a relação entre rios e cidades.

É possível entender que a gestão dos recursos hídricos urbanos não se resume a um problema estrutural ou de saneamento, mas sim um desafio complexo que exige a integração de diferentes agentes urbanos e sociais. A reconciliação entre rios e cidades implica em repensar a forma como as cidades são planejadas e construídas, valorizando os rios como elementos essenciais e estruturais da paisagem urbana, assim, promovendo a sua integração com o tecido urbano. Para isso exige-se a adoção de políticas públicas que incentivem a criação de áreas verdes, a restauração de matas ciliares, a implantação de sistemas de drenagem sustentáveis e a promoção da educação ambiental.

3. METODOLOGIA

Este trabalho adota o método de estudo de caso, que Segundo Yin (1994) o estudo de caso é uma estratégia de pesquisa qualitativa que se aprofunda na investigação de um ou mais casos delimitados em seu contexto real. Ele permite uma análise compreensiva e contextualizada de fenômenos complexos, como a relação entre rios e cidades, explorando as particularidades, os processos e as dinâmicas que moldam essa interação. Através deste método é possível obter uma análise detalhada de exemplos reais.

Dessa forma, os rios Cheonggyecheon da Coreia do Sul, Paco na Filipinas e Paranaíba na divisa dos estados de Goiás e Minas Gerais foram selecionados, permitindo uma análise aprofundada da relação entre seus cursos d'água e as dinâmicas urbanas adjacentes. A investigação se baseia na análise de imagens de satélite (via Google Earth), artigos científicos, livros, fotografias e outras fontes relevantes.

4. DADOS E DISCUSSÕES

Historicamente, a ocupação da várzea do rio Cheonggyecheon, localizado na cidade de Seul, Coreia do Sul, ocorreu de forma progressiva e desordenada,

acompanhando o crescimento da capital sul-coreana ao longo dos séculos. A urbanização acelerada e a ausência de planejamento adequado acentuaram os problemas com enchentes, que, segundo Reis e Silva (2017), afetam a cidade há mais de seiscentos anos.

A solução adotada nas décadas de 1960 e 1970, em consonância com os modelos modernos de infraestrutura viária, consistiu no tamponamento completo do curso d'água e na construção de uma via expressa elevada sobre seu traçado como vistos nas Figuras 3 e 4. Essa prática urbanística reflete a crítica de Tucci (2006), ao apontar que a engenharia urbana, ao invés de incorporar os rios como parte da estrutura da cidade, historicamente os transformou em obstáculos a serem dominados, seja por meio da retificação e canalização. Gorski (2010) também destaca como a cidade moderna frequentemente promove a exclusão dos elementos naturais do espaço urbano, substituindo-os por soluções rígidas de concreto que priorizam a fluidez do tráfego motorizado.

Figuras 3 e 4 – Antiga ocupação da várzea do rio Cheonggyecheon e tamponamento do leito



Fonte: Google Imagens. Acesso em 2025

Esse modelo de intervenção, centrado na infraestrutura viária, simboliza uma visão de modernidade profundamente arraigada na hegemonia da técnica e no culto ao progresso, frequentemente dissociado das especificidades ambientais e sociais locais. Como observa Gorski (2010), o poder público, em nome do desenvolvimento urbano, promoveu historicamente a negação do rio como parte da paisagem e da memória urbana, instaurando uma ruptura profunda entre o espaço construído e o ambiente natural.

A dinâmica urbana que se estabeleceu a partir dessa intervenção não apenas transformou profundamente a morfologia da região central de Seul, como também produziu impactos sociais significativos, com o deslocamento de moradores e a descaracterização de usos tradicionais do solo representados nas Figuras 5 e 6. Correia (2020) evidencia que a solução baseada no gigantismo do concreto alterou o espaço físico e simbólico da cidade, rompendo vínculos afetivos e funcionais que a população mantinha com o rio.

Figuras 5 e 6 – Via expressa construída sobre o rio Cheonggyecheon, resultado do tamponamento



Fonte: Google Imagens. Acesso em 2025.

Essa ‘ruptura’, longe de ser apenas física, é simbólica e política. Como já mencionado por Gorski (2010), ao optar por soluções técnicas de alto impacto, os gestores urbanos contribuíram para o apagamento dos rios enquanto elementos estruturantes das cidades. No caso de Seul, a substituição do rio por uma rodovia expressa elevada não apenas suprimiu o curso d’água da paisagem, como instaurou uma lógica de dominação do território que excluía a natureza e negava sua importância ecológica e cultural. O Cheonggyecheon, assim como tantos outros rios urbanos, foi convertido em um vazio ambiental encoberto pela promessa de mobilidade e eficiência urbana.

A reconciliação começou em 2003, com a decisão de remover a via expressa e recuperar o leito do rio. De acordo com Reis e Silva (2016), a revitalização foi impulsionada inicialmente como um projeto de marketing político, mas evoluiu para um plano integrado de transformação urbana. Nas Figuras 7 e 8 pode se observar como foram removidas toneladas de concreto e os viadutos desmontados, iniciando-se um processo de requalificação do espaço que incluiu a renaturalização do curso d’água, a recomposição da paisagem e a criação de áreas públicas acessíveis à população.

Figura 7 e 8– Etapas do processo de revitalização: demolição da via e reabertura do leito do rio Cheonggyecheon.



Fonte: Google Imagens, Acesso em 2025.

Com a reintegração do Cheonggyecheon à malha urbana, os impactos positivos rapidamente se tornaram visíveis: a biodiversidade local aumentou, espécies aquáticas

retornaram ao rio e o microclima da região central foi significativamente melhorado. Além disso, a nova paisagem reabilitada passou a oferecer espaços de lazer, turismo e contemplação, fortalecendo o senso de pertencimento e orgulho dos cidadãos de Seul vistos nas figuras 9 e 10.

Figuras 9 e 10 – Situação atual do rio Cheonggyecheon: uso recreativo, paisagismo e restauração ecológica



Fonte: Google imagens. Acesso em 2025.

Segundo Correia (2020), o projeto reverteu não apenas as condições ambientais degradadas, como também restaurou o vínculo entre o rio e os habitantes da cidade. Para Correia (2020), esse exemplo demonstra que a combinação de vontade política, planejamento técnico e visão ecológica pode resultar em projetos com forte impacto social, econômico e ambiental, tornando-se referência para cidades que buscam soluções sustentáveis e integradas para a gestão de seus recursos hídricos urbanos.

Em um contexto semelhante ao de Seul, a cidade de Manila, Filipinas, também enfrentou desafios na gestão de seus rios urbanos, como demonstra o caso do Canal Paco, como mencionado por Hobi (2015), os corpos hídricos da capital filipina sofreram com o crescimento desordenado da cidade, a ocupação irregular de suas margens e a obsolescência dos sistemas de saneamento. O resultado foi a transformação do Canal Paco em um esgoto a céu aberto, um reflexo da "ruptura" entre rios e cidades apontada na Figura 11 e descrita por Gorski (2010), onde os cursos d'água são negligenciados e marginalizados em nome do desenvolvimento urbano.

Figura 11 – Canal Paco antes da revitalização, mostrando a poluição e a degradação ambiental.



Fonte: Google Imagens. Acesso em 2025.

A situação do Canal Paco, como retratada por Hobi (2015), ilustra a crítica de Tucci (2001, 2008) sobre a falta de planejamento urbano e a impermeabilização do solo, que intensificam os problemas de inundações e a degradação da qualidade da água. A população ribeirinha, desprovida de infraestrutura adequada, lançava esgoto e lixo diretamente no canal, perpetuando um ciclo de poluição e exclusão social. Essa dinâmica reforça a análise de Bartalini (2014) sobre a "negação da paisagem", onde os rios são transformados em meras "infraestruturas" para drenagem, despojados de seu valor ambiental, social e cultural.

A partir de 2011, entretanto, o Canal Paco passou por uma transformação notável, apresentada na Figura 12, impulsionada por uma iniciativa público-privada que buscou reabilitar o canal e reintegrá-lo à vida da cidade, como menciona Hobi (2015). O projeto, que envolveu a remoção de resíduos sólidos, o desassoreamento do canal e a construção de uma planta de tratamento de esgoto, demonstra uma mudança de paradigma na forma como os gestores urbanos lidam com os recursos hídricos. Em vez de simplesmente canalizar ou ocultar o rio, como feito primeiramente em Seul com o Cheonggyecheon, a solução adotada em Manila buscou restaurar a sua funcionalidade ecológica e social.

Figura 12 – Canal Paco após processo de 'reconciliação' com o meio urbano.



Fonte: Google Imagens. Acesso em 2025.

Guarnieri (2021) e Hobi (2015) defendem que uma das principais inovações do projeto foi a implementação de "jardins flutuantes", ilhas artificiais como as da Figura 13 com plantas aquáticas que filtram poluentes sem a utilização de produtos químicos. Correia (2020) reforça como essa técnica, desenvolvida pela empresa Biomatrix Water®, demonstra que é possível utilizar soluções de baixo custo e manutenção para melhorar a qualidade da água e revitalizar a paisagem urbana. Além de remover impurezas, os jardins flutuantes criam um ambiente esteticamente agradável e atraem a biodiversidade, fortalecendo o vínculo entre o rio e a população.

Figura 13 – Jardins flutuantes sendo implementados no canal.



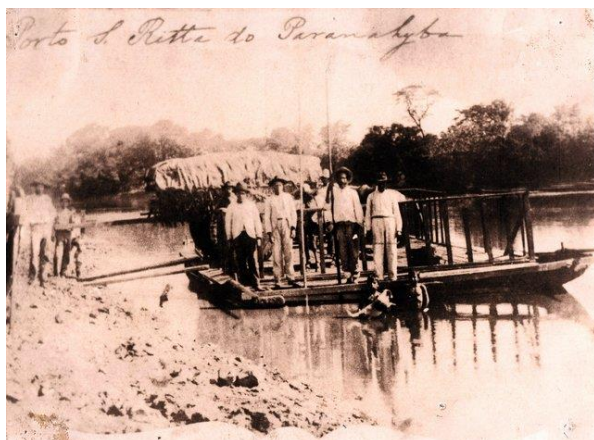
Fonte: Google Imagens. Acesso em 2025.

Hobi (2015) aprofunda a discussão para o meio social ao mencionar como a revitalização do Canal Paco também envolveu a relocação de famílias que viviam em condições precárias às margens do canal e a construção de novas habitações. Essa medida demonstra a importância de abordar a questão da moradia e da inclusão social ao se planejar intervenções urbanas em áreas degradadas. Gorski (2010) já ressaltava como a reconciliação entre rios e cidades depende da valorização do papel dos cursos d'água na identidade local e no bem-estar social.

Hobi (2015) também fala sobre como os resultados da revitalização do Canal Paco foram notáveis com um melhoramento significativo da qualidade da água, a criminalidade diminuiu e a população passou a utilizar o espaço para lazer e convívio social. Esse caso demonstra que, mesmo em contextos desafiadores, é possível transformar rios poluídos em ativos urbanos, promovendo a sustentabilidade ambiental e a justiça social. A experiência do Canal Paco, assim como a do Cheonggyecheon, reforça a importância de repensar a forma como as cidades são planejadas e construídas, valorizando os rios como elementos essenciais da paisagem urbana e integrando-os ao tecido social.

Para além dos exemplos internacionais, no âmbito nacional tem-se Itumbiara, cuja origem remonta ao século XIX, quando o Porto de Santa Rita do Paranaíba visto na Figura 14, instalado na divisa entre Goiás e Minas Gerais, impulsionou o desenvolvimento de uma pequena comunidade. Rodrigues (2014) ressalta que a localização estratégica do porto, como ponto de passagem e arrecadação de tributos, conjugada à fertilidade do solo, fomentou o crescimento da vila, que posteriormente se tornaria a cidade de Itumbiara representado pela figura 15. Nesse contexto, o Rio Paranaíba não era apenas um elemento geográfico, mas sim o eixo estruturador da vida local, moldando a economia, o transporte e a própria identidade da comunidade.

Figura 14 – Porto Santa Rita do Paranaíba – 1842 e Figura 15 – Vila Itumbiara – Sem data



Fonte: Google Imagens. Acesso em 2025

Entretanto, a modernização e o crescimento urbano de Itumbiara, impulsionados pelo agronegócio e pela instalação da Usina Hidrelétrica de Itumbiara, trouxeram consigo desafios que impactaram a relação entre a cidade e o rio. A construção da usina, embora tenha impulsionado o desenvolvimento econômico, também alterou a dinâmica do rio, com a formação do lago de Furnas e a consequente modificação da paisagem. A Avenida Beira Rio, construída às margens do Paranaíba, tornou-se um importante espaço de lazer e convívio social, mas também um reflexo das tensões entre a busca por qualidade de vida e a exclusão social.

A análise da trajetória de Itumbiara revela que, em certa medida, a cidade experimentou um processo de "ruptura" entre o ambiente urbano e o natural, como apontado por Gorski (2010). Embora o Rio Paranaíba permaneça como um elemento presente na paisagem e na memória da cidade, a sua função primordial como fonte de vida, lazer e identidade foi gradualmente diluída em meio às prioridades do desenvolvimento econômico e da modernização. Rodrigues (2014) menciona que a construção da Avenida Beira Rio, embora tenha proporcionado um espaço de lazer e convívio social, também acarretou a remoção de antigos moradores das margens do rio ilustrados na Figura 15, evidenciando a exclusão de comunidades vulneráveis em nome de uma estética urbana homogênea.

Figura 15 – Casebres na antiga orla do rio onde hoje é a avenida Beira Rio



Fonte: Google imagens. Acesso em 2025.

A crítica de Tucci (2001) sobre a priorização de soluções de engenharia em detrimento da integração dos rios ao tecido urbano também se aplica ao caso de Itumbiara. Embora a cidade tenha investido na construção de infraestruturas como a Avenida Beira Rio, a gestão dos recursos hídricos ainda enfrenta desafios como o tratamento inadequado de resíduos sólidos e a falta de saneamento básico em algumas áreas ilustrados pela Figura 16. Essa negligência em relação à qualidade da água e à preservação do ecossistema aquático contribui para a degradação do Rio Paranaíba e para o afastamento da população em relação ao seu valor ambiental.

Figura 16 – Esgoto do bairro Barreiro sendo jogado diretamente no rio.



Fonte: Google Imagens. Acesso em 2025.

Apesar disso a experiência de Itumbiara, no entanto, também demonstra um potencial para a ‘reconciliação’ entre a cidade e o rio. A revitalização da Avenida Beira Rio, com a criação de espaços públicos de qualidade e a promoção de atividades de lazer e cultura, mostrados na Figura 17 pode ser vista como um passo importante para a reconexão da população com o Rio Paranaíba. A iniciativa da Usina Hidrelétrica de Itumbiara, com o projeto Estação Reciclar, demonstra a possibilidade de integrar a

gestão dos recursos hídricos com a promoção da sustentabilidade ambiental e da inclusão social.

Figura 12 – Orla do Rio Paranaíba na cidade de Itumbiara em 2021.



Fonte: Google Imagens. Acesso em 2025.

Contudo, a análise crítica da relação entre Itumbiara e o Rio Paranaíba revela a necessidade de repensar a forma como a cidade é planejada e construída, valorizando o rio como um elemento essencial da paisagem urbana. É preciso superar a visão funcionalista e instrumentalizada dos recursos hídricos, reconhecendo o seu valor ambiental, social e cultural. Para tanto, é crucial investir em saneamento básico, na gestão adequada de resíduos sólidos, na restauração de matas ciliares e na promoção da educação ambiental.

Além disso, é fundamental considerar as necessidades da população na gestão dos recursos hídricos, promovendo a participação da comunidade nas decisões que afetam o Rio Paranaíba e seu entorno. A reintegração do rio ao tecido urbano passa necessariamente pela recuperação do valor paisagístico e do uso social dos cursos d'água, criando espaços públicos de qualidade em suas margens, incentivando atividades de lazer e cultura, e resgatando a memória da relação entre a cidade e seus rios. Essa reconexão com a paisagem e com a história, como sugere Neiman (2005 apud Gorski, 2010), é fundamental para transformar a percepção da população em relação ao Rio Paranaíba, superando a imagem de "esgoto a céu aberto" e reconhecendo seu potencial como um elemento estruturador da identidade e do bem-estar urbano.

5.CONCLUSÃO

A presente pesquisa demonstrou que a relação entre rios e cidades se transformou significativamente ao longo do tempo, distanciando-se daquela íntima conexão que caracterizava os primórdios da urbanização. Essa dissociação, motivada por escolhas que priorizaram o desenvolvimento urbano em detrimento da preservação ambiental, resultou na negligência dos cursos d'água e na sua consequente marginalização. Ao analisar os casos de Seul, Manila e Itumbiara, constatou-se que, embora complexo e multifacetado, é possível reverter esse quadro.

Para reintegrar os rios ao ambiente urbano, é imprescindível que diferentes atores colaborem, desde o poder público e a iniciativa privada até a comunidade civil local. Essa articulação deve se basear na valorização dos cursos d'água como elementos essenciais da paisagem, reconhecendo o seu papel na promoção do bem-

estar social e na preservação da identidade cultural. Recomenda-se investir em saneamento, gestão de resíduos e criação de espaços de lazer nas margens, a fim de reconectar a população com os rios, resgatando o valor paisagístico e o uso social desses importantes recursos.

A pesquisa também evidenciou a dificuldade em generalizar resultados de um contexto para outros, dada a singularidade de cada território e as especificidades das dinâmicas urbanas locais. Nesse sentido, sugere-se a realização de estudos que acompanhem a evolução das intervenções em rios, avaliando seus impactos ambientais, sociais e econômicos a longo prazo, a fim de identificar as melhores práticas e adaptá-las a diferentes realidades.

Em suma, o estudo reforça a importância de se repensar a relação entre rios e cidades, buscando um futuro mais sustentável e equitativo, no qual os cursos d'água sejam reconhecidos como elementos estruturantes da paisagem e promotores da qualidade de vida urbana.

6. REFERÊNCIAS

BARTALINI, V. Córregos em São Paulo: a ocultação do avesso / Streams in São Paulo: the concealed reverse. **Geograficidade**, v. 4, n. 1, p. 30-37, 11 fev. 2014.

CORREIA, Carlos H. V. **Estudos de casos de degradação e revitalização de rios e suas funcionalidades nos tecidos urbanos**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Geografia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2020.

COSTA, Lucia (org.). **Rios e Paisagens Urbanas em Cidades Brasileiras**. Rio de Janeiro: Viana & Mosley: Ed, PROURB, 2006.

GUARNIERI, Mayra. **Diagnóstico de revitalização de um fundo de vale: estudo de caso Parque da Raposa**. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Engenharia Civil) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Apucarana, 2023.

GORSKI, Maria Cecília Barbieri. **Rios e Cidade: ruptura e reconciliação**. São Paulo: Senac, 2010.

HOBÍ, Bruna Luiza. **Proposta de implantação de wetlands flutuantes em trecho do rio Belém para tratamento de águas pluviais e do rio**. 2015. 56 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Construções Sustentáveis) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

MESQUITA, Yuri Mello. **Jardim de asfalto: água, meio ambiente, canalização e as políticas públicas de saneamento básico em Belo Horizonte, 1948-1973**. 2013. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Filosofia e Ciências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/BUBD-9Z5LHV>.

FLÁVIO REIS, Lucimara; MEDEIROS DA SILVA, Rodrigo Luiz. Decadência e renascimento do Córrego Cheong-Gye em Seul, Coreia do Sul: as circunstâncias socioeconômicas de seu abandono e a motivação política por detrás do projeto de restauração. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, [S. l.], v. 8, n. 1, p. 113–129,

2017. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/Urbe/article/view/22062>. Acesso em: 10 maio 2025.

DE MELLO REZENDE, Greyce Bernardes; SANTOS DE ARAÚJO, Sergio Murilo. AS CIDADES E AS ÁGUAS: OCUPAÇÕES URBANAS NAS MARGENS DE RIOS. **Revista Geografia**, [S. l.], v. 33, n. 2, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/revistageografia/article/view/229173>. Acesso em: 10 maio 2025.

RODRIGUES, Vercilene de Paula. **Environmental awareness of the users of Beira Rio avenue in the city of Itumbiara GO**. 2014. 169 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2014. Disponível em <https://doi.org/10.14393/ufu.di.2014.489>.

TUCCI, Carlos E. M. **Gestão da água no Brasil**. Brasília: UNESCO, 2001.

TUCCI, Carlos E. M. Águas urbanas . **Estudos Avançados**, São Paulo, Brasil, v. 22, n. 63, p. 97–112, 2008. Disponível em: <https://revistas.usp.br/eav/article/view/10295>. Acesso em: 20 mar. 2025.

YIN, R. K. **Pesquisa de estudo de caso: Desenho e métodos** (2ª ed.). Porto Alegre: Bookman, 1994.